

PARECER N.º /2025.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

EMENDA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 27/2025.

ASSUNTO: VISA INCLUIR DISPOSITIVOS AO PROJETO DE LEI N.º 27/2025.

AUTORES: VEREADORES LUCAS UNAI DENÚNCIA E ANINHA.

RELATOR: VEREADOR PROFESSOR DIEGO.

1. Relatório:

Trata-se da Emenda n.º 1, de autoria dos Vereadores Lucas Unai Denúncia e Aninha, que visa incluir dispositivos ao Projeto de Lei n.º 27/2025.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria deste Vereador, por força do r. despacho.

2. Fundamentação:

2. 1. Da Competência da Comissão:

De acordo com o disposto no inciso I do artigo 102 do Regimento Interno, cabe a esta Comissão a análise da matéria sob comento, nos seguintes aspectos que se transcreve abaixo:

- Art. 102.*
- a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*
(...)
 - g) admissibilidade de proposições;*
(...)
 - i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;*
(...)



k) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e no mérito acerca de projetos de concessão de honrarias;

2. 2. Da Iniciativa:

Quanto à iniciativa da Emenda, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Unai prevê o seguinte:

Art. 235. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo.

§ 1º Supressiva é a emenda destinada a excluir dispositivo.

§ 2º Substitutiva é a emenda apresentada como sucedânea de dispositivo.

§ 3º Aditiva é a emenda que visa acrescentar dispositivo.

§ 4º Emenda de redação é a que objetiva sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

§ 5º Modificativa é a emenda que altera dispositivo sem modificá-lo substancialmente.

Art. 236. A emenda, quanto à sua iniciativa, é:

I - de Vereador;

II - de Comissão, quando incorporada a parecer; ou

III - de cidadãos, nos termos deste Regimento.

A Emenda é tratada no Regimento Interno da seguinte forma:

Art. 238. A emenda será admitida:

I – se pertinente à matéria contida na proposição principal;

II – se incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate da matéria correlata, de maneira que a modificação de um envolva necessidade de se alterarem outros dispositivos.

Parágrafo único. As emendas apresentadas, em primeiro e segundo turno, serão enviadas, juntamente com a matéria principal, à apreciação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, devendo ser observado o prazo previsto no inciso II do artigo 133 desta Resolução para a emissão do parecer.

A justificativa da Emenda n.º 1 é no seguinte sentido:

Justificativa da Emenda ao Projeto de Lei nº 27/2025. A presente emenda visa reforçar o princípio da transparência e da responsabilidade fiscal no âmbito da contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo Municipal. Ao determinar que, previamente à efetivação da contratação, o Executivo especifique e dê ampla publicidade à destinação dos recursos, aos valores envolvidos, às condições financeiras (juros e número de parcelas) e às ações que serão implementadas, busca-se garantir que tanto a sociedade quanto o Poder Legislativo tenham pleno conhecimento dos impactos e dos objetivos da operação de crédito. Além disso, o prazo mínimo de quinze dias entre a divulgação dessas informações e a contratação

efetiva possibilita uma análise mais criteriosa e fortalece o controle social e parlamentar sobre os atos da administração pública, prevenindo a prática de endividamentos indevidos ou mal justificados. A medida está alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal, e contribui para a boa gestão dos recursos públicos, assegurando que as operações de crédito efetivamente atendam ao interesse público.

Este Relator entende que não há impedimento quanto à modificação introduzida pelo nobres Vereadores, por meio de emenda e no caso desta, sem qualquer aumento de despesa.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Em face do exposto, dou pela aprovação da Emenda n.º 1 do Projeto de Lei n.º 27/2025.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu; 81º da Instalação do Município.

VEREADOR PROFESSOR DIEGO
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DIEGO RAMIRO DA SILVA - VEREADOR**
PROFESSOR DIEGO, CPF: 070.71*. **6-*8 em **28/04/2025 10:01:43**, Cód. Autenticidade
da Assinatura: **1032.7Z01.5433.6313.6743**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de
Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **399.B15** - Tipo de Documento: **PARECER - Nº 160/2025**.

Elaborado por **NEIDE MARIA MARTINS DE MELO**, CPF: 047.19*. **6-*8 , em **28/04/2025 - 09:36:16**

Código de Autenticidade deste Documento: 0928.7336.016A.H85X.4152

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

